

# PARCERIAS EFICAZES PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL PÓS-CONFLITO: O CASO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES “OIM” EM MOÇAMBIQUE (2019-2021)

EFFECTIVE PARTNERSHIPS FOR POST-CONFLICT  
LOCAL ECONOMIC DEVELOPMENT: THE CASE OF  
THE INTERNATIONAL ORGANISATION FOR  
MIGRATION “IOM” IN MOZAMBIQUE (2019-2021)

VIRGILIO COSSA  
FIDEL TERCENIANO

**RESUMO:** As dinâmicas socioeconômicas, influenciadas pelas políticas governamentais, abrem espaço para as ONGDs e parceiros de cooperação participarem no desenvolvimento econômico de Moçambique, proporcionando mais bem-estar aos cidadãos. Este artigo analisa o papel dos cooperadores no desenvolvimento econômico local, validando as intervenções que contribuem para o mesmo. Trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, somado à aplicação de entrevistas estruturadas. Os resultados indicam que a programação ativa das ONGs, em particular a OIM em Cabo Delgado, é visível pelas intervenções nas áreas de gestão de fronteiras e fortalecimento por meio da construção de infraestruturas e outros mecanismos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Moçambique; Cooperação; Desenvolvimento Econômico; ONGs; OIM.

Editor-Gerente  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

**ABSTRACT:** Socioeconomic dynamics, influenced by government policies, create space for NGOs and cooperation partners to participate in Mozambique's economic development, providing greater well-being to citizens. This article analyzes the role of cooperators in local economic development, validating interventions that contribute to it. It is a qualitative and quantitative study based on bibliographic and documentary research, combined with structured interviews. The results indicate that the active programming of NGOs, particularly the IOM in Cabo Delgado, is visible through interventions in border management and strengthening through infrastructure construction and other mechanisms.

**KEYWORDS:** Mozambique; Co-operation; Economic Development; NGOs; IOM.

---

# PARCERIAS EFICAZES PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL PÓS-CONFLITO: O CASO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES “OIM” EM MOÇAMBIQUE (2019-2021)

Virgilio Cossa <sup>1</sup>  
Fidel Terenciano <sup>2</sup>

## Introdução

A província de Cabo Delgado, localizada na zona norte de Moçambique, constituiu-se historicamente como um dos territórios menos desenvolvidos do país. Vários fatores contribuíram para essa realidade de longo prazo. A descoberta do gás e o conflito militar despertaram atenções, preocupações e alteraram realidades e dinâmicas socioeconômicas que merecem atenção para as decisões políticas e econômicas, considerando os atuais contextos de instabilidade.

Neste artigo, lidamos com a pobreza e o desenvolvimento como lados opostos, sendo o elemento controlador o acesso aos serviços básicos pelos cidadãos. A cobertura de infraestrutura de comunicações, o número de empresas, o acesso às redes de comunicação e ao sistema bancário, entre outros indicadores, apresentam valores inferiores aos do resto do território. Dentro da província, existem grandes diferenças por distrito e localidade. Geralmente, os distritos com indicadores mais elevados são Montepuez, Cidade de Pemba, Mocímboa da Praia e Mueda. Por outro lado, os distritos com piores indicadores são Muidumbe, Mecufi, Quissanga, Meluco, Palma e Balama (INE, 2017).

É bem sabido que os parceiros de cooperação contribuem para a promoção de: i) um desenvolvimento mais profundo da cidadania, envolvendo, ou pelo menos tentando envolver, sempre a população local, o que implica um desenvolvimento flexível e diferente das potencialidades sociais; ii) a valorização de soluções da própria comunidade, aspectos que claramente são os mais válidos para as comunidades locais, porque é sempre mais fácil para uma comunidade identificar seus próprios problemas; iii) a geração de emprego e renda, pois os parceiros de cooperação conseguem criar, por meio de seus próprios projetos, lugares de trabalho e contribuir para a formação da população local.

Diante desse contexto, o presente artigo analisa o contributo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no desenvolvimento econômico local da cidade de Pemba (2019-2021),

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Econômico e Local. Universidade Católica de Moçambique – FGTI. [vcossa@iom.int](mailto:vcossa@iom.int)

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política e Instituições Públicas – UFSCAR. Universidade Alberto Chipande – Pemba & Escola Superior de Economia e Gestão - ESEG [fideldcanarosa@gmail.com](mailto:fideldcanarosa@gmail.com)

procurando mostrar como as diferentes intervenções da OIM impactam positivamente a vida da população residente em Pemba.

Os parceiros de cooperação para o desenvolvimento têm articulado esforços para alocar fundos de assistência para Moçambique. A província de Cabo Delgado tem sido, nos últimos anos e desde o início dos ataques terroristas em 2017, um dos principais destinos de investimento por parte dos parceiros de cooperação. Isso não só para a resposta e assistência humanitária das populações afetadas, mas também para a promoção do desenvolvimento econômico das áreas de acolhimento dos deslocados, melhorando assim o acesso e a qualidade dos serviços disponíveis nessas comunidades. São várias as ONGs e parceiros de cooperação com orçamentos robustos e operações multifacetadas na província de Cabo Delgado, implementando diferentes iniciativas em portfólios como: (i) resposta e assistência humanitária; (ii) resiliência comunitária e desenvolvimento econômico local, entre outros.

Considerando que os parceiros de cooperação, como a OIM, têm um papel ativo e são atores-chave no processo de desenvolvimento social e econômico local, torna-se pertinente refletir sobre qual é o contributo desses parceiros, como no caso da OIM, para o desenvolvimento econômico local na cidade de Pemba. O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: uma introdução que aborda de forma geral o tema e o problema em estudo, seguida pela discussão teórica sobre o contributo das ONGs no processo de cooperação para o desenvolvimento econômico e local. A terceira parte apresenta as principais constatações e a discussão analítica, e a quarta parte contempla as conclusões do estudo.

## **BREVE REVISÃO DA LITERATURA**

### **Parceiros de Cooperação**

A busca por ações que visem concretizar interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento social e econômico por meio de práticas cooperativas, tem sido uma constante ao longo dos tempos. Assim, compreender o processo de transformação e consolidação das bases locais, estabelecidas pelo cooperativismo como um conjunto de iniciativas para lidar com as diferenças e promover o desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e os conceitos que envolvem o tema.

A ideia de associar interesses comuns por meio de iniciativas cooperativas é antiga, porém, somente a partir de 1990 é que as discussões ganharam consistência, sob a perspectiva do desenvolvimento local e social, sob novas concepções e ideias que emergiram da noção de sustentabilidade. Ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e sustentável.

Vale ressaltar que os fatores responsáveis por essa mudança de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional quanto no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais. Nesse sentido, Frantz (2001, p. 36) destaca:

[...] cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola, comunidade, sociedade etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Neste contexto insere-se a presente discussão como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, o qual tem como denominador comum o fato de que o cooperativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões.

[...] potencialmente, a cooperação, contem o desenvolvimento local [...]. A cooperação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor (op. cit, p. 42).

## **Desenvolvimento Econômico**

Por conveniência, o crescimento econômico (aumento do PNB per capita), acompanhado da melhoria na qualidade de vida da população e por alterações profundas na estrutura econômica, deve incluir as alterações na composição do produto e na alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (DE SOUSA, 1993).

## **Indicadores de Desenvolvimento**

- Saúde: nutrição, esperança de vida e taxa de sobrevivência infantil
- Educação: taxa de alfabetização e indicadores de escolaridade média medidas por anos de estudo
- Trabalho: taxas de atividade e de ocupação
- Rendimento: PIB per capita e coeficiente de igualdade
- Habitação: disponibilidade da água, energia elétrica, geleira e televisão
- Liberdades sociais e políticas
- Preservação do meio ambiente

## **Desenvolvimento Local**

Quando abordamos o desenvolvimento local, podemos nos referir a uma variedade de contextos, como uma comunidade, um bairro, um município ou uma sub-região (VEIGA, 2001). O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não reside apenas em seus objetivos, como bem-estar e qualidade de vida, mas sim na postura que atribui à comunidade o papel de agente ativo e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isso implica uma revisão da questão da participação, onde as próprias comunidades se tornam protagonistas do processo (MARTINS, 2002).

Portanto, o desenvolvimento local envolve estratégias e políticas influenciadas pelos atores locais, visando uma integração vantajosa no desenvolvimento econômico em níveis regional, estadual, nacional e internacional. A desigualdade regional é abordada não apenas como um problema de distribuição de renda, mas também como uma questão de capacidade de geração de renda. Investimentos em capital humano, como educação de qualidade e formação profissional, são fundamentais para o desenvolvimento local. Além disso, busca-se fortalecer a função produtiva local, aproveitando as potencialidades econômicas reais de cada localidade.

Zapata (2001) explica que o conceito de desenvolvimento local se baseia na ideia de que as comunidades possuem uma série de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, assim como economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento local é um processo liderado pela própria comunidade, utilizando seus ativos e potencialidades para buscar a melhoria da qualidade de vida da população.

A estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial, conforme discutido por Zapata (2001), enfatiza a construção de capital social, o estímulo aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local por meio da cooperação, parcerias e pactuação entre os diversos atores locais em prol de um projeto coletivo de desenvolvimento mais equitativo.

## **Desenvolvimento Econômico e Local**

De acordo com Zapata (2001), a visão do desenvolvimento econômico local pressupõe um planejamento abrangente e menos simplificado sobre o funcionamento das economias. Essa abordagem sugere que a estratégia deve complementar os esforços de ajuste macroeconômico e externo, com ações voltadas para a introdução de inovações tecnológicas, de gestão e sócio-institucionais em todos os diferentes sistemas/arranjos produtivos locais e no tecido empresarial existente.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local é um processo endógeno que ocorre em pequenas unidades territoriais e aglomerados humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma transformação singular nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve ampliar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, enquanto assegura a conservação dos recursos naturais.

Como mencionado por Buarque (1999), o desenvolvimento local geralmente está associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da comunidade, articulando as potencialidades locais nas condições oferecidas pelo contexto, onde as comunidades buscam utilizar suas características específicas e suas vantagens comparativas em relação a outras regiões, especializando-se nos campos em que têm vantagem comparativa.

### **Desenvolvimento Econômico Local em Moçambique**

Para impulsionar o crescimento econômico do país, o governo de Moçambique apoia uma estratégia de Desenvolvimento Econômico Local (DEL). A ideia principal do DEL é criar um mecanismo para promover a economia local, integrando a identificação das potencialidades econômicas. As medidas de promoção visam, em primeira linha, a geração de renda e a criação de empregos. Os objetivos do DEL estão alinhados com os objetivos de combate à pobreza e melhoria das condições de vida, especialmente da população rural.

As áreas típicas de intervenção incluem: i) Criação de um ambiente econômico favorável; ii) Infraestrutura (por exemplo, estradas, rede elétrica); iii) Serviços comerciais (por exemplo, informações de mercado, transporte); iv) Serviços financeiros (por exemplo, microcrédito); v) Desenvolvimento de habilidades (por exemplo, treinamento em contabilidade). Até o momento, não existe uma estratégia nacional uniforme para a promoção do Desenvolvimento Econômico Local (HARMS, 2008).

### **Cooperação como estratégia de desenvolvimento local**

O principal objetivo da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme expresso em seu preâmbulo, é a manutenção da paz e segurança internacionais, através do respeito aos direitos humanos, indissociável do desenvolvimento social e econômico. Paz e desenvolvimento estão

intimamente relacionados, uma vez que a instabilidade econômica, miséria e opressão criam um ambiente propício para conflitos.

O alcance de um desenvolvimento eficaz só é possível por meio da cooperação internacional, que proporciona a prosperidade global, objetivo presente não apenas na Carta da ONU, mas também nos Estatutos das Instituições de Bretton Woods. O princípio da cooperação econômica internacional fundamentou o intercâmbio econômico e financeiro entre os Estados, gerando um crescente interesse em compreender e intervir no processo de desenvolvimento local (CAVALCANTE, 2006).

Como observado abaixo, a cooperação internacional e a formulação de políticas internas devem ser processos integrados e complementares na oferta de bens públicos, essenciais para a redução da pobreza e implementação da infraestrutura participativa. Nessa esfera, cabe aos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento assumir a liderança no processo de desenvolvimento das capacidades e formular uma agenda própria de coalizão, que os torne capazes de negociar em condições mais equânimes, diante de um sistema tão profundamente assimétrico (CAVALCANTE, 2006; MILANI, 2004).

Há muito se sabe que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não são exclusivamente regulados pelo sistema de mercado, uma vez que são influenciados pela cultura do contexto em que se encontram. Portanto, é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Quando se fala em desenvolvimento local, refere-se não apenas ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Portanto, é necessário investir em capital humano, social e natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro (SWINBURN; YATTA, 2006).

## **ABORDAGEM METODOLÓGICA**

O estudo adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Durante sua implementação, foram delineadas as principais etapas do trabalho, desde a abordagem metodológica até as razões que fundamentam sua escolha e alinhamento com os objetivos do estudo. Para coletar dados, foi utilizado um roteiro de entrevistas estruturado, adaptado ao contexto específico da pesquisa. Os critérios de seleção dos participantes-chave basearam-se na acessibilidade e conveniência, levando em consideração os informantes-chave e os contatos prévios estabelecidos com eles. A estratégia de pesquisa escolhida foi o estudo de caso (YIN, 2010), utilizando a agregação de respostas e sua devida verificação e interpretação como instrumentos de análise de dados.

A abordagem do estudo baseou-se na investigação-ação, dada a natureza do tema, sua contextualização e o papel de ator que o pesquisador desempenha na instituição objeto de estudo. Isso também determinou a estratégia de delimitação da pesquisa, que se baseou no estudo de caso. Os dados coletados foram predominantemente descritivos; portanto, o material obtido para este estudo é rico em descrições de pessoas, situações, eventos, cenários e documentos. Todos os dados são considerados importantes, e o foco ao conduzir o trabalho na cidade de Pemba foi o de identificar os vários elementos explicativos do contributo da OIM para o desenvolvimento econômico local.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

### **Natureza e Formas de intervenções da OIM para o desenvolvimento local em Cabo Delgado**

Fundada em 1951, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) é a principal organização no campo das migrações e trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais e não governamentais. A OIM está comprometida com o princípio de que a migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade. Com 173 estados membros (adicionando 9 estados com estatuto de observadores) e escritórios em mais de 100 países, a OIM juntou-se oficialmente à família das Nações Unidas como uma organização relacionada em setembro de 2016, sublinhando ainda mais o papel que a OIM desempenha no campo da mobilidade humana.<sup>3</sup>

A programação ativa das ONGs em Moçambique inclui Saúde Migratória, Proteção e Assistência aos Migrantes, Retorno Voluntário Assistido e Reintegração, Construção da Paz e Resiliência Comunitária, Imigração e Gestão de Fronteiras, Pesquisa Migratória e programação multi-setorial de emergência e recuperação relacionada com os ciclones Idai e Kenneth, bem como a deslocação no norte de Moçambique devido à situação de insegurança na província de Cabo Delgado. A OIM está a trabalhar de perto com o Governo de Moçambique e tem vindo a prestar apoio técnico e assistência ao Governo desde 1994.<sup>4</sup>

### **ONGs e formas de relacionamento com instituições locais de governação**

Em janeiro de 2005, um conjunto de Organizações Não Governamentais, incluindo a OIM, assinou um acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) para

---

<sup>3</sup> OIM, 2021.

<sup>4</sup> OIM, 2021.

estabelecer escritórios da OIM em Moçambique. Antes da instalação dos escritórios e da implementação de projetos, essas instituições prestaram apoio técnico e implementaram atividades de projetos específicos por meio de seu Escritório Regional para a África Austral em Pretória, África do Sul. Dessa forma, essas organizações relatam regularmente suas atividades ao MINEC, promovendo uma abordagem governamental holística para a gestão da migração por meio do envolvimento regular dos intervenientes governamentais relevantes (NUWAGABA, 2008).

A OIM também coopera com o Ministério do Interior (MINT) e especialmente com o Serviço Nacional de Migração (SENAMI). As colaborações frutíferas incluem o trabalho conjunto no reforço da gestão das fronteiras, bem como a atual parceria para desenvolver um perfil migratório para Moçambique, que abrirá caminho para a primeira Política Nacional de Migração do país. O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) é o principal parceiro da OIM na coordenação da prestação de assistência humanitária, incluindo Abrigo/Itens Não-Alimentares, Coordenação e Gestão de Centros de Acomodação, Matriz de Monitoramento de Pessoas Deslocadas Internamente, Proteção/Saúde Mental, Apoio Psicossocial e Saúde para deslocados internos e suas comunidades em resposta a desastres naturais ou provocados pelo homem.

Mais genericamente, a OIM Moçambique e a Procuradoria-Geral da República (PGR) têm uma excelente relação de trabalho no combate ao tráfico de pessoas (TiP) e na promoção da proteção à criança. A OIM tem prestado apoio à PGR para operacionalizar e fortalecer os Grupos de Referência para Proteção à Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas a nível provincial e distrital (NUWAGABA, 2008). A OIM é um parceiro estratégico na província de Cabo Delgado em geral, tendo, por conseguinte, celebrado um Memorando de Entendimento (MdE) com o governo de Cabo Delgado com o propósito de mobilizar, orientar e monitorar as atividades dos agentes de cooperação internacional na província para a promoção do desenvolvimento (MdE, 2018).

### **Prioridades Estratégicas da OIM em Moçambique**

A estratégia nacional da OIM tem três prioridades, todas elas contribuem para a promoção do desenvolvimento em benefício da sociedade. Por exemplo, a OIM Moçambique está comprometida em promover a migração como fator-chave para o desenvolvimento, apoiando o Governo de Moçambique e seus parceiros na implementação de abordagens multissetoriais de governança da migração que apoiem comunidades resilientes.

### **Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs)**

Moçambique enfrenta um triplo desafio de insegurança, desastres naturais e riscos de saúde pública, como a doença do coronavírus de 2019 (COVID-19). Nos últimos três anos, o país testemunhou múltiplas ondas de conflitos e desastres naturais, que afetaram a vida de milhões de moçambicanos. O país está experimentando cada vez mais eventos climáticos extremos, incluindo secas e chuvas intensas. O Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR) classifica Moçambique como o terceiro país mais vulnerável em África a tais eventos. Esses eventos podem desencadear migração, mas também podem agravar o já complexo processo de reassentamento e integração.

Em 2019, dois ciclones tropicais consecutivos, ambos de categoria quatro, atingiram Moçambique em um intervalo de seis semanas, em março e abril, causando extensa destruição e danos às províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Cabo Delgado e Nampula, no centro e norte do país. Esses eventos afetaram mais de 1,8 milhões de pessoas. Com base em uma avaliação realizada em abril de 2020, a maioria das pessoas em locais de reassentamento (89%) ainda vive em abrigos de emergência e temporários. Os restantes 11% foram realojados em abrigos de transição (9%) e casas permanentes (2%). Isso indica que muitos locais de reassentamento ainda enfrentam dificuldades para acessar bens e serviços básicos. Além disso, as inundações e a seca em Moçambique afetaram a capacidade das famílias deslocadas internamente de cultivar culturas de subsistência, colocando-as em risco de insegurança alimentar (BIRKHÖLZER, K, 2010). O objetivo deste programa é promover a tomada de decisões baseada em evidências por meio de informações oportunas e precisas sobre deslocamentos e as necessidades das pessoas afetadas por crises.

### **Principais Resultados das intervenções**

1. A informação sobre tendências de deslocação está disponível para os parceiros.
2. As capacidades do governo e dos parceiros na recolha de dados e na gestão da informação estão reforçadas.
3. Os dados sobre os movimentos transfronteiriços estão disponíveis para os parceiros.

Como resultado da insegurança em Cabo Delgado, a situação humanitária está se deteriorando tanto nas comunidades de acolhimento quanto nas comunidades deslocadas, bem como para as pessoas deixadas para trás nas comunidades de origem. Em 2020, houve um aumento constante e significativo de deslocados internos. Segundo a Matriz de Monitoramento de Pessoas Deslocadas (DTM) (2022), indica-se que na província de Cabo Delgado existem mais de 800.000 deslocados devido à insegurança na região.

## **Soluções Duradouras para Comunidades em Recuperação**

A vulnerabilidade social, econômica e psicológica continua a ser um dos principais impulsionadores da migração forçada em Moçambique. As ONGs parceiras de cooperação apoiam as comunidades a tornarem-se resilientes, enfrentando os fatores negativos da migração, como desastres naturais, mudanças climáticas e insegurança, prevenindo perdas futuras e fortalecendo as capacidades de auto recuperação. A OIM assegura a participação dos grupos mais vulneráveis dentro das atividades e estruturas de gestão locais, especialmente mulheres, crianças, pessoas com deficiência e deslocados internos.<sup>5</sup>

Recentemente, após a passagem dos ciclones Idai e Kenneth em março e abril de 2019 e a subsequente grande resposta humanitária, Moçambique transitou para a fase de recuperação e resiliência. Como tal, as principais intervenções buscam atualmente apoiar as pessoas deslocadas e outras populações afetadas em Moçambique para construir resiliência e progredir em direção a soluções sustentáveis e duradouras para o deslocamento. Por meio de uma abordagem incremental e alinhada com as normas e melhores práticas globais existentes, as ONGs parceiras procuram reforçar as capacidades de resposta, promover a autossuficiência e criar ambientes propícios à resolução de deslocamentos. No centro da abordagem está o reconhecimento da necessidade de esforços sistemáticos baseados em ações de desenvolvimento a longo prazo e baseados em evidências, envolvendo múltiplos setores e uma vasta gama de parcerias entre atores humanitários, de desenvolvimento e de paz. Objetivo: As populações afetadas pela crise e vulneráveis que alcançaram uma solução duradoura desfrutam, sem discriminação, de um nível de vida adequado (ROGERSON, 2011).

## **Resiliência Comunitária, Estabilização e Construção da Paz**

O programa de Resiliência Comunitária, Estabilização e Construção da Paz da OIM Moçambique procura reforçar a capacidade das comunidades para prevenir e gerir os efeitos negativos de conflitos violentos e apoiar processos que abordem as causas profundas dos conflitos. Estas respostas programáticas centram-se na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, de recursos ou políticas que conduzem à insegurança e tensão nas comunidades através de avaliações participativas que podem informar as soluções baseadas na comunidade. Através de intervenientes locais, a OIM Moçambique visa comunidades vulneráveis, ou afetadas pela violência, através de

---

<sup>5</sup> Comissão Europeia, 2015.

atividades que promovam a reconciliação, a coesão social e a participação dos jovens (HEIKKILÄ; KAUTTO, 2016). Denotamos também que o objetivo deste programa é apoiar processos de colaboração e iniciativas de estabilização comunitária que contribuam para comunidades seguras e protegidas. Os seus principais resultados, destacam-se:

- i. As comunidades participam em atividades culturalmente apropriadas que promovem o bem-estar e a reconciliação.
- ii. As campanhas de mensagens de coesão social são entregues através de meios culturalmente relevantes.
- iii. Os projetos de infraestruturas de pequena escala e de geração de rendimentos priorizados pelas comunidades incentivam a paz e a coesão social nas comunidades.
- iv. As organizações da sociedade civil facilitam o diálogo para a paz nas comunidades.
- v. Uma base contextual é informada por investigação para intervenções baseadas na comunidade.

Em certo sentido, toda forma de migração implica uma redefinição das identidades individuais, familiares, grupais e coletivas, papéis e sistemas de valores. Isso pode colocar indivíduos, famílias e comunidades sob estresse ou aumentar sua vulnerabilidade. A integração da proteção envolve a inclusão de princípios de proteção humanitária na resposta a crises, garantindo que qualquer ação seja realizada de forma a evitar quaisquer efeitos negativos não intencionais (não causar danos). Deve-se priorizar as necessidades, a segurança e a dignidade, bem como basear-se na participação e no empoderamento das capacidades locais. Por fim, os atores humanitários devem ser responsabilizados perante os indivíduos e comunidades afetados.

### **Policimento Comunitário na Promoção da Estabilização da Comunidade (PC)**

As novas ameaças resultantes do fim do mundo bipolar, em particular o terrorismo jihadista, introduziram incertezas, desconfianças, receios e desafios aos quais urge dar uma resposta eficaz por parte dos Estados. É neste contexto de demanda por respostas à ameaça terrorista que diversas políticas de segurança foram sendo implementadas, tendo até o momento assumido especial protagonismo as respostas focalizadas em ações repressivas e paramilitares. Do ponto de vista policial, esta nova política de segurança nacional entrou em conflito com a filosofia de policiamento comunitário, acabando por diminuir o potencial deste último no combate à criminalidade. O modelo de policiamento comunitário é um caso paradigmático de sucesso nos padrões de atuação policial. Recorrendo a parcerias comunitárias e a abordagens de resolução de

problemas, este modelo atribui às comunidades parte da responsabilidade pela produção da segurança local (ZEULI; RADEL, 2005).

### **Projetos de geração de renda para jovens e outros grupos vulneráveis que são agentes centrais da estabilização comunitária**

A falta de renda e oportunidades econômicas tem sido citada como um fator-chave que facilita o recrutamento de jovens para se juntarem aos grupos terroristas no distrito de Mocimboa da Praia, em particular, e na província de Cabo Delgado, em geral. Proporcionar aos jovens, que constituem o maior grupo potencialmente em risco de recrutamento para as fileiras dos terroristas, oportunidades significativas de emprego visa diminuir a frustração e o descontentamento, mantendo-os ocupados com atividades produtivas.

Os jovens receberão formação profissional e vocacional relevante para capacitá-los a participar das oportunidades de subsistência identificadas. O conteúdo dos pacotes de meios de subsistência individuais será determinado por meio de uma avaliação de mercado a ser realizada nas comunidades do distrito de Mocimboa da Praia. Essa avaliação de mercado determinará quais atividades de subsistência poderiam ser implementadas pelos participantes, se o mercado poderia absorver tais atividades, o custo envolvido e se as habilidades disponíveis correspondem às oportunidades. As oportunidades do setor privado identificadas serão incorporadas no mapeamento das oportunidades de emprego deste mesmo setor.

### **CONCLUSÕES**

Em Cabo Delgado, o movimento de organizações não governamentais aumentou bruscamente desde 2017, tendo sua expressão com a entrada da OIM e estabelecendo uma base sólida na cidade de Pemba. Ao mesmo tempo, vislumbrava-se um enorme desafio, especialmente nas zonas onde ocorriam ataques terroristas desde 2017, ou seja, nas zonas rurais, provocando uma nova dinâmica de intervenção das ONGs em Cabo Delgado, baseada na aproximação e ligação com o governo, as populações e outras entidades, com a ideia base de agrupar a energia e os recursos das pessoas e organizações que pudessem contribuir, formando parcerias ao nível da província para melhor contribuir para o desenvolvimento econômico e local. Para este fim, este artigo analisava o contributo das ONGs, como a OIM, como parceira do desenvolvimento econômico e local do governo da província de Cabo Delgado. Para isso, a partir da contextualização, verificou-se que a OIM constitui o exemplo de um ator que contribui com seus amplos projetos no desenvolvimento local, destacando as comunidades mais vulneráveis e os

IDPs, capacitando os residentes na valorização e usufruto dos recursos endógenos e na inserção de jovens e mulheres como sua agenda e prioridade.

A progressiva e aparentemente imparável contribuição da OIM em Cabo Delgado provocou alterações substanciais nas relações positivas entre a comunidade e o governo, especificamente com o programa de coesão social e consolidação do policiamento comunitário, a partir do modelo de Conselhos Comunitários de Segurança. No entanto, simultaneamente, as intervenções da OIM junto às linhas críticas do INGD são visíveis, no fornecimento em prontidão de gêneros não alimentares e apoio em abrigo às comunidades deslocadas ou afetadas por intempéries sociais e climáticas, visando fortalecer o tecido social e ampliar as oportunidades de escolha das populações afetadas.

Essas ações da OIM em Pemba podem conduzir a um forte sentimento de identidade das comunidades com a organização, o que pode consolidar cada vez mais suas ações em prol do desenvolvimento econômico e local. Com sua experiência em servir melhor, pode-se flexibilizar a atuação da mesma no processo de desenvolvimento em Cabo Delgado. Por fim, várias contribuições das ONGs em Moçambique, como a OIM em Cabo Delgado, têm prestado intervenções visíveis, destacando o surgimento de dinâmicas e iniciativas para melhorar os serviços públicos (escolas, centros de saúde, serviços locais de Segurança Comunitária, centros de emprego, etc.) e/ou uma melhor articulação com os governos locais, tendo como objetivo principal a resposta a problemas e necessidades fundamentais daquelas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. I. **As ONGD na política comunitária de Cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: CIDAC, 2006.

BIRKHÖLZER, K. Local Economic Development. A European-wide movement towards more economic democracy and social justice. In: **Local Economy Journals**, Vol. 14, No 1. London: Local Economic Policy Unit, 2010.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planeamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

COSTA, D. A Recolha de Dados: técnicas utilizadas. In: H. SILVESTRE, H; ARAÚJO, J. (Coords.), **Metodologia para a Investigação Social**. Lisboa: Escolar Editora, 2012, p. 112-142.

FRANTZ, C. Neues Spielfeld für NGOs. In **Working paper in Munich**. No 1. Volume 14 der Arbeitsstelle Aktive Bürgerschaft. Münster. 2001.

HARMS, Heiko et al. **Desenvolvimento Económico Local em Moçambique-Vol. 2: Guião para aplicação do modelo de uma ferramenta para as Equipas Técnicas Distritais**. Albrecht Daniel Thae-Institut. Agrar-und Gartenbauwissenschaften, 2008.

HEIKKILÄ, M.; KAUTTO, M. **Local Partnerships and Social Cohesion in Finland**. Helsinki: Stakes, 2009.

MILANI, C. **Teorias de Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de pintada**. (Bahia, Brasil), **Organização & Sociedade**, v. 11, p. 95-113, 2004.

MORAES, B. A. **Uma investigação sobre o comportamento alimentar de indivíduos submetidos à cirurgia barátrica: uma análise de possíveis condições que determinam e alteram a chamada compulsão alimentar**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

NUWAGABA, A. **Country Assessment report on state of local economic development in Uganda and Mozambique**, 1a Ed. Kampala City: Publisher CLGF, 2018. 28p.

ROGERSON, C. M. Tracking Local Economic Development Policy and Practice in South Africa. **Urban Forum**, vol. 22, n. 2, p. 149-168, 2011.

SEN, A. Development as Capability Expansion. (Encarte especial sobre "Desenvolvimento humano a partir dos anos oitenta"). **Journal of Development Planning**. Tradução Regis Castro Andrade, p. 42-55. 2011.

SOUZA, N. de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2013.

SWINBURN, G.; Yatta, F. Furthering the Local Economic Development Agenda in Africa. A draft discussion paper presented by the Municipal Development Partnership at Africities, 2016. **In Conference of Municipal Partnership at Africa. 2016**

VEIGA, S. M. Elementos para um projeto de Sócio-Economia Solidária. **Revista Proposta**. V. 88/89, São Paulo, p. 65-91, 2011.

ZAPATA, T., et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2011.

ZEULI, K.; RADEL, J. Co-operatives as Community Development Strategy: Linking Theory and Practise. **The Journal of Regional Analysis & Policy**, vol. 35, n. 1, p. 43-45, 2005.

## **DOCUMENTOS**

European Commission. Local Initiatives for Economic Development and Employment. Luxembourg: Office for Publications, 2015.

Governo da Província de Cabo Delgado & OIM. Memorando de Entendimento. Pemba, 2018.

OIM-Organização Internacional para as Migrações. Estratégia de Moçambique 2021–2023. Maputo, 2021.

RDH. Relatório do Desenvolvimento Humano: um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. PNUD/ONU, 2023.

Recebido em: 20/05/2023  
Aprovado em: 11/12/2023